

A concepção habitacional a partir dos discursos técnicos: o Primeiro Congresso de Habitação (1931) e a Jornada da Habitação Econômica (1941).

Rafaela Cristina Martins¹

RESUMO

Este presente artigo foca os discursos de profissionais como engenheiros e assistentes sociais que participaram do *Primeiro Congresso de Habitação* e da *Jornada da Habitação Econômica*. A intenção aqui é analisar como era concebida a idéia de habitação econômica, e investigar em seus discursos quais os principais argumentos usados para defender a ideia de que a habitação unifamiliar o melhor meio para evitar distúrbios sociais e epidemias.

Palavras-chave: Habitação, Engenheiros, Profilaxia, Família.

ABSTRACT

This article analyzes the discourses of professionals like engineers who participated in the *Primeiro Congresso da Habitação* and the *Jornada da Habitação Econômica*, both in São Paulo. The intention is to understand how the economic housing's idea was conceived, and to investigate in those professionals's speeches the main arguments used to defend the idea that the house is the best way to prevent epidemics and social unrest.

Keywords: Housing, Engineers, Prevention, Family.

Este artigo foca duas publicações: o *Primeiro Congresso de Habitação*² e um número da *Revista do Arquivo Municipal*³ que trouxe as palestras e conferências da Jornada da

¹ Mestranda em História na Universidade de Campinas, UNICAMP, na área de concentração em Cultura, Cidade e Patrimônio, sob orientação da prof. Dra. Maria Stella M. Bresciani. Este trabalho é uma adaptação dos estudos monográficos desenvolvidos sob a orientação da Prof^a Dr^a Maria Stella M. Bresciani.

² Refiro-me ao *Primeiro Congresso de Habitação* São Paulo: Publicação oficial, 1931.

³ Refiro-me a *Revista do Arquivo Municipal* ano 8 volume 82, 1942.

Habitação Econômica. A escolha desses documentos se deu pelo desejo de pesquisar a linguagem e os discursos dos especialistas preocupados com a urbanização nas décadas de 1930 e 1940.

Ao decorrer da exploração dos documentos dei conta de que entre os termos técnicos estava sendo delineada também a concepção de habitar bem, tanto no âmbito social como no cultural.

Nos discursos em geral a preocupação técnica era meio para se encontrar a melhor forma de habitar para a classe trabalhadora. Não apenas o simples residir, já que a habitação estava ligada com a concepção de família e esta por sua vez era considerada como unidade social. Embasado nisso a habitação seria a parte material que manteria a família e dentro dessas duas estruturas o indivíduo seria distanciado de vícios, promiscuidade e qualquer comportamento tomado como reprovável.

As melhorias para habitação eram técnicas, e também haveria a intenção de educar o trabalhador, de maneira a prepará-lo para uma vida de comportamentos estabelecidamente saudáveis, higiênicos e dentro da moral aceita.

Há muito a necessidade de higienizar estava ligada a de espalhar o amontoamento populacional, as multidões das grandes cidades, já em meados do século XVIII, representavam para as autoridades uma ameaça sobre diversos modos inclusive à saúde pública, já que, segundo autoridades da época, a falta de controle da grande população sob alguns aspectos poderia levar à insalubridade do ar causando doenças e epidemias. Técnicos da época consideravam perigosa a reunião de muitas pessoas num único lugar fechado, como os hospitais, navios e prisões, porque o agrupamento de muitos corpos, mesmo que sadios, viciaria e infectaria o ar (CORBIN, 1987, p. 66). Em ambientes como os citados o ar com gases que exalavam mau cheiro seria causador de doenças e até mesmo mortes, o que embasava o alarde do perigo dessa situação e dava razão para modificações que os especialistas da época consideravam necessárias, um esforço que Corbin chamou de desodorização dos ambientes. As tentativas de desodorização segundo esse autor não viriam ser apenas adotadas para os lugares públicos, a questão da higiene e hábitos individuais no ambiente privado também passaram a ser parte deste processo.

O temor que se criou em relação às multidões não era apenas uma questão da saúde como também da política e a postura das autoridades está muito relacionada com a necessidade de se obter o controle dos grandes contingentes populacionais nas cidades.

Controle esse que se fazia necessário devido ao medo da grande força que teria essa população contra as autoridades e conseqüentemente contra as elites da época. Desde a Revolução Francesa, e o embate civil dos trabalhadores e sans-culottes contra a nobreza, as notícias e histórias que reverberavam dessa experiência amedrontavam as autoridades, que temiam sua repetição. Manter a ordem na multidão seria método preventivo contra revoltas. Bresciane em um de seus artigos expõe com clareza essa situação:

A imagem da grandiosidade do movimento revolucionário na França é elaborada com a figura do poder destruidor das multidões nas ruas e com o seu momento mais radical; a simples referência ao *Terror*, aos anos sanguinários, projetava a possibilidade futura de uma repetição do acontecimento em proporções ainda mais incontroláveis (BRESCIANI, 1985, p.41)

Além do que a imagem da sujeira e da desordem ao longo do tempo foi sendo sobreposta a da pobreza.

Higienizar, ordenar, moralizar, padronizar hábitos e costumes também facilitaria o controle do poder destruidor das multidões. Assim também foram sendo pensadas e construídas as regulações do dormir, do comer, do enterrar os mortos, do cuidar dos doentes, as noções de higiênico e de insalubre.

Corbin nos dá a idéia das menções mais remotas sobre como a habitação passou a ser pensada para produzir comportamentos e hábitos considerados saudáveis e admissíveis. Segundo ele, desde o século XVIII a casa passou a ter seus cômodos divididos por função, definindo o espaço da intimidade para separá-lo do espaço da representação. Nesse mesmo período os médicos começaram a definir regras para o convívio familiar: acreditava-se que os odores podiam estimular predisposições mórbidas entre parentes, surgiram então as normas que individualizavam quartos e camas, fazendo a separação dos corpos no espaço. O autor cita que Michelet em um primeiro momento, e Foucault, posteriormente, apontaram para o sentido moralizador das prescrições higienistas (CORBIN, 1987, p. 211).

Nota-se apenas, a esse respeito, que Michelet, muito antes de Michel Foucault, já reconhecia os laços inextricáveis que ligam os imperativos higiênicos, o objetivo panótico e a preocupação de moralizar. ‘Aeração, limpeza, vigilância, três coisas igualmente impossíveis – escreve ele a propósito da residência dos grandes sob o Antigo Regime –, (...) esses labirintos infinitos de corredores, passagens, escadas escamoteadas,

pequenos pátios internos, os sótãos, e enfim, os telhados chatos com balaústres forneciam mil aventuras' (CORBIN, 1987, p. 211)

Estabelecer os lugares de um prédio de acordo com suas funções foi na época uma novidade na arquitetura. Construir cômodos de acordo com suas funções nas instituições, e mesmo dentro das casas, possibilitou o controle das atividades e dos relacionamentos. A possibilidade de controle está claro nessa nova concepção de projetar. Segundo Foucault em *Vigiar e Punir*:

A regra das localizações funcionais vai pouco a pouco, nas instituições disciplinares, codificar um espaço que a arquitetura deixava geralmente livre e pronto para vários usos. Lugares determinados se definem para satisfazer não só à necessidade de vigiar, de romper as comunicações perigosas, mas também de criar um espaço útil. O processo aparece claramente nos hospitais, principalmente nos hospitais militares e marítimos (FOUCAULT, 1977, p. 139).

Dentro das habitações os cômodos passaram a ser divididos entre os lugares de representação, como as salas de estar, e os lugares íntimos e de recolhimento, como os quartos, que separariam o casal dos filhos.

Donzelot explica em seu livro *A polícia das famílias* que na metade do século XIX a habitação passaria ser vista de outra forma, com outras funções das que possuía. Antes desse período a habitação serviria principalmente para a segurança das pessoas e dos seus pertences, a mudança ocorreu quando o espaço habitacional passa a ser compreendido como ambiente formador da família, como um espaço pedagógico e controlador, reduto protegido dos desconhecidos, vícios e promiscuidade.

Ao lutarem contra a insânia e a imoralidade desses casebres e porões, os higienistas também lutavam contra uma concepção do habitat como abrigo, como lugar de defesa, de autonomia. Queriam substituir a força autárquica pela força de trabalho, fazer da habitação um espaço sanitário e não mais um espaço 'militar', banir o que nela havia de propício a alianças ocultas e fusões suspeitas (DONZELOT, 1986, p.43).

Ainda segundo Donzelot o estabelecimento da necessidade de promover e proteger a família também estavam vinculados com a manutenção dos preceitos morais e higiênicos

estabelecidos e a habitação teria o papel importante nesse quesito. Para isso a casa deveria abrigar somente uma família, e a divisão da família seria feita por cômodos, de modo que os pais pudessem vigiar seus filhos: “Organizar um espaço que seja suficientemente amplo para ser higiênico, pequeno o bastante para que só a família possa nele viver, e distribuído de tal maneira que os pais possam vigiar os filhos” (DONZELOT, 1986, p.46).

Se na Europa no século XVIII as multidões causavam preocupações para as autoridades, a cidade de São Paulo no início do XX também passava por um aumento demográfico que deixou as autoridades em alerta. Esse crescimento populacional antes desconhecido se deu graças à política de imigração, uma parcela significativa de imigrantes ia para São Paulo em busca de trabalho nas indústrias que se instalavam na cidade. Dessa forma, São Paulo teve o número de habitantes quase quadruplicado em 10 anos.

[...] a verdadeira explosão demográfica de São Paulo se dará em 1886, quando a população cresce a um índice anual de 10% até 1890 (passando de 47.697 a 69.934 em quatro anos) e a uma taxa anual de 12,5% entre 1890 e 1900 (passando de 69.934 a 239.820) (BONDUKI, 1982, p. 84).

Com o aumento populacional o espaço urbano começava a se transformar, se expandir. Novas modificações aconteciam também no âmbito político, social e cultural, no próprio ritmo da cidade e nas relações entre campos diferentes, como política e ciência. Todas essas transformações, como alertou a autora Cesarolli⁴, não podem ser explicadas através apenas do crescimento demográfico e espacial da cidade. Usar tal explicação limitaria as possibilidades de reflexão sobre essas condições.

Muitas dessas imagens da cidade de São Paulo se transformando foram relatadas: a cidade que aumentava em extensão, em número de habitantes e de construções. Alguns paulistanos deixaram relatos dessa transformação urbana e podem ser conferidos no livro *Memória e Sociedade* nessa obra⁵ Bosi recolhe muitos depoimentos, dentre eles estão o de Moreira Pinto que explicita as movimentações da cidade, a expansão de seus centros. Alguns

⁴ Refiro-me a tese de doutorado: CERASOLI, Josianne F. *Modernização no plural: Obras Públicas, Tensões Sociais e Cidadania em São Paulo na Passagem do Século XIX para o XX*. Campinas, tese de doutorado/ IFCH-UNICAMP (dep. de história), 2004. Em termos teóricos, Cerasoli faz parte de uma historiografia mais recente sobre São Paulo.

⁵ Refiro-me ao livro: BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: Lembranças de Velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

desses relatos traziam as novas imagens dessa cidade, com muitas avenidas, praças e novos prédios que salientavam a riqueza que passava a circular pela cidade.

A cidade crescia bem como aumentavam os pedidos de melhorias para determinadas localidades: apedregulhar ruas, construção de pontes e pontilhões, encanamentos de água, instalação de bueiros. Eram pedidos para diferentes bairros de São Paulo, como mostra uma lista de melhoramentos e obras que existe nas Atas da Câmara de 1873: Freguesia da Sé, Freguesia do Brás e na Freguesia de Santa Ifigênia.

A Repartição de Obras Públicas foi criada em 1877 e o Código de Posturas do Município de São Paulo editado em 1886. As normas sobre a edificação do Padrão Municipal foram tiradas de itens desse Código. O Padrão Municipal tinha intenção de padronizar os tamanhos das ruas e calçamentos, como também dedicava um capítulo sobre as dimensões dos cortiços e das casas populares⁶: área mínima, pé direito mínimo, portas e janelas, porão, além da exigência de um poço ou torneira e de um tanque para lavagens para cada seis habitações. Esse tipo de construção deveria se localizar fora do perímetro comercial e só poderia ser edificada com licença da Câmara. Então nesse primeiro momento encontramos as primeiras iniciativas de política pública com intenção de controlar a habitação da população.

Embora a regulamentação oficial fosse de que as casas operárias e cortiços deveriam ficar fora do perímetro comercial, muitas dessas moradias se encontravam próximas ou no centro da cidade. Casas grandes e antigas, que possuíam localização privilegiada, eram aproveitadas pelos seus proprietários para aluguel de cômodos, e algumas vezes um único dormitório servia de abrigo para uma família inteira. O aluguel dessas habitações precárias era um meio muito lucrativo para se conseguir renda, já que a especulação imobiliária dava oportunidade de alugar tais cômodos a preços elevados.

Além dessas iniciativas de normalização, graças às epidemias ocorridas em meados do século XIX e o receio delas se repetirem foi criada a Inspetoria de Saúde Pública em 1851 que dava suporte para a profilaxia de doenças e contenção das epidemias.

Durante o século XIX houve um aumento do número de cortiços, que eram os alvos constantes das ações da Inspetoria. Apesar de essas habitações serem uma saída para acomodar parte do crescente populacional, o cortiço não passou despercebido, era tratado como algo nocivo para a cidade e diversas possibilidades de acabar com ele foram propostas e algumas tentadas. O principal argumento contra o cortiço eram as péssimas condições

⁶ Essas edificações eram chamadas pelo documento de casas operárias e cubículos.

higiênicas desses lugares e levava as autoridades concluírem que lá existiam as causas das epidemias. Além do possível foco de doenças, os cortiços no fim do século XIX geralmente se localizavam no centro da cidade, alguns muito próximos a habitações da classe média e alta. Logo a tentativa de eliminar tais habitações nessas áreas também estaria vinculada com a melhora do aspecto estético da cidade, apesar da principal justificativa ser as péssimas condições de vida de seus habitantes. A intenção de eliminar cortiços e outras habitações populares do centro da cidade também dava margem para o início das estratégias de segregação espacial que mantivessem as classes pobres em áreas diferentes das médias e altas.

Segundo Bonduki, em seu livro *Origens da Habitação Social no Brasil*, a escolha do bairro Santa Ifigênia como alvo do relatório de inspeção de habitações operárias e cortiços de 1894 não foi aleatória porque aquela região era também habitada pela burguesia (BONDUKI, 2004, p. 32). Na época a localidade foi a primeira e única onde foi feita uma análise tão sistemática com propostas de intervenção completa para melhorias sanitárias e higiênicas. Importante destacar que se não fossem pelas preocupações com as epidemias, fato que impulsionou as autoridades a mapear e descrever as habitações populares, não haveria tantos registros sobre tais edificações em São Paulo, porque a maioria dos outros relatos descrevem sobre as áreas bem cuidadas da cidade e das casas pertencentes às elites, áreas que haviam sofrido reformas recentemente, seriam as imagens positivas das cidades.

Apesar da estrutura do cortiço ser considerada um perigo não apenas devido às suas más condições higiênicas como também por ser uma ameaça às classes altas que viviam por perto sem certo controle sob os trabalhadores e a classe pobre em geral, os cortiços e casas operárias existentes eram soluções rápidas ao problema da falta de moradia para os recém-chegados em São Paulo. Como Bonduki expressa, as autoridades viviam uma espécie de contradição entre o desejo de acabar com tais habitações e como acomodar a classe operária:

Vivia-se então uma contradição bastante séria, ou seja, a necessidade estrutural do cortiço, que era uma importante fonte de lucros e que permitia o alojamento operário, e o perigo iminente que esta forma de habitação trazia para as condições de higiene e saneamento da cidade, pois os cortiços eram tidos como focos irradiadores dos freqüentes e mortais surtos epidêmicos, aos quais todos, inclusive a classe dominante, estavam sujeitos (BONDUKI, 2004, p. 90).

A existência dessas habitações servia de saída para a população se acomodar, embora não fosse uma solução planejada pelas autoridades.

Nesse período, fins do século XIX, o governo se responsabilizava pelos serviços de água e esgoto, e a manutenção da salubridade até mesmo dentro das casas com a criação da polícia sanitária, postura essa que tinha como boa justificativa a preservação da saúde pública para legitimar a interferência num âmbito privado como a moradia.

Os higienistas, através da fiscalização sanitária nesse período em São Paulo, fizeram um papel repressor, porque possuíam autoridade para fazer visitas domiciliares e inspecionar as condições das habitações, a intervenção podia mesmo ser violenta.

O modo de tratar a questão habitacional foi assim levado na Primeira República, através de intervenções repressivas no espaço privado justificadas pela manutenção da ordem sanitária e tendo como alvos específicos os cortiços.

O estado não mediu esforços para fiscalizar o espaço privado dos trabalhadores, a medicina social considerava que a causa de doenças na falta de ordem médica e social. Para se dominar tais desordens o estado, através do controle sanitário, teria o papel de conter a sociedade e normatizar relações, comportamentos e hábitos higiênicos. Para oferecer um parâmetro de como eram vistas pelo governo as formas de moradia popular, Marisa Varanda T. Carpintéro em seu livro *A Construção de um Sonho* transcreve um trecho da opinião do Conselho Superior de Saúde Pública sobre os cortiços, essa declaração foi veiculada na imprensa em 1896:

Em uma cidade como esta [...] com tantos cortiços que em si recebem uma lotação superior à que prescrevem os preceitos da ciência, é fácil prever que eles representam um vulcão prompto a fazer erupção, logo que se apresentem condições favoráveis. E não se pode duvidar que essas asquerosas residências devem ser extintas, por isso que os factos demonstram que ellas representam uma sala de espera da morte (CARPINTÉRO, 1997, p. 61).

A fala marcadamente dramática expõe o posicionamento do governo, os termos “asquerosas” e “sala de espera da morte” indicam um modo todo próprio da retórica do século XIX, mas também apontam como foi sendo construído através dessas figuras de linguagem as imagens da moradia popular como algo realmente maléfico.

As medidas repressivas e normatizadoras, apesar de justificadas pela saúde pública, têm um caráter de congelar e enquadrar a fluidez que toda cidade apresenta. Rachel Tegon de Pinho em seu livro *Cidade e Loucura* faz a seguinte observação sobre isso na introdução:

Mesmo se tratando da cidade disciplina e disciplinadora, vigilante e vigiada, constituída pelos processos de modernização (bem como constituidora), Peter Pál Pelbart alia-se a Deleuze e Guatarri para dizer que a forma-cidade é, sobretudo, forma do movimento, da fluidez, da exterioridade. Tudo que ela opera ou faz operar no oposto do movimento e da sua fluidez é resultado de sua captura pelo Estado. (TEGON, 2007, p.24)

Neste trecho a autora deixa claro como existe uma tensão entre a vida pulsante das cidades e o estado que tenta controlar esses movimentos, neste processo faz parte a ação fiscalizadora e disciplinar. Antes de 1930, percebemos claramente a preocupação em deter as habitações precárias. Depois desse período a discussão se aprofunda, a abordagem do problema muda e passa a ser pensada uma habitação ideal para a população, habitação essa que traria não apenas conforto como também uma maneira de disciplinar os modos e os costumes, isso extrapolaria as questões ligadas à saúde.

O PRIMEIRO CONGRESSO DE HABITAÇÃO

O Primeiro Congresso da Habitação realizado em 1931 ocorreu graças às iniciativas do Instituto de Engenharia, essa instituição foi fundada em 15 de Fevereiro de 1917, em seus objetivos encontramos a regulamentação da profissão de engenheiro e publicações de boletins e revistas que serviriam para a circulação de saberes pelo país. Alguns dos membros fundadores do Instituto de Engenharia foram: Alexandre Albuquerque, Luis de Anhaia Melo e Francisco de Paulla Souza entre outros nomes ilustres. Pelos que já foram citados vemos que estão entre os fundadores Luis Anhaia Melo prefeito da cidade de São Paulo nos anos 1930 e 1931. Essa proximidade com a política não era algo exclusivo desse engenheiro, outros técnicos desde o final do século XIX tinham ocupações junto à administração da cidade de São Paulo. Essas participações técnicas na política podem ser colocadas da seguinte forma: à medida que a cidade de São Paulo começou a viver a sua transformação através do aumento populacional e das atividades industriais ela começou a ser vista de forma técnica e objetiva. E os problemas da cidade passaram a serem analisados e solucionados com embasamento técnico.

Diante de tal situação não é por acaso que logo na primeira parte da apresentação do Primeiro Congresso de Habitação nos deparamos com a explicação de que o evento foi promovido pela Divisão da Arquitetura do Instituto de Engenharia de São Paulo e patrocinado oficialmente pela Secretaria da Viação e Obras Públicas e pela Prefeitura Municipal da

Capital. Na verdade o que podemos notar é algo já apontado antes, existia certa parceria não apenas entre os especialistas e a política, como também entre instituições, neste caso o Instituto de Engenharia e a Escola Politécnica com as instituições públicas.

O Primeiro Congresso da Habitação está inserido nessas condições, as teses e propostas apresentadas têm o objetivo de abordar o tema habitação, uma habitação mínima destinada às classes pobres.

Embora tenha sido um congresso majoritariamente composto por engenheiros e arquitetos em quase todas as teses e propostas apresentadas existem duas discussões centrais: desenvolver o baixo custo dessas edificações e expor as vantagens de uma habitação para a família e para a sociedade, vantagens de se ter uma cidade em que cada família seja bem instalada. Na segunda questão encontramos a questão da preservação da família através da higiene e da moral.

Na sessão inaugural do Congresso, o então professor Alexandre Albuquerque, que também foi diretor do Instituto de Engenharia, pronuncia-se a respeito de todas as facetas desse evento. De pronto nesse discurso encontramos alguns pontos que dizem respeito à questão da moral e também a preocupação com o país de forma nacionalista, de modo a querer proteger a “raça” brasileira de “más formações” que as péssimas condições habitacionais poderiam gerar. Alexandre Albuquerque em seu discurso chama de responsabilidade social o que este evento tentou promover como soluções para o estabelecimento das casas mínimas, promovendo a melhoria da condição de vida de todos, não permitindo que “maus hábitos” contaminem outros moradores causando assim o aumento da promiscuidade e criminalidade, e atrapalhando o progresso da nação.

A casa econômica não resolve só o caso particular dos habitantes. A questão deve ser encarada sob o ponto de vista social. Della, depende também o desenvolvimento da raça.

Da vida promiscua em cortiços sahe um curso de pervertidos, de delinquentes, cortejado por moléstias terríveis. A casa individual rodeada de ar e de luz, sympathica e convidativa ao repouso, é a cellula mater das raças fortes (ALBUQUERQUE, 1931, p. 22).

Em relação ao lado técnico das propostas apresentadas no congresso o que podemos absorver é a busca do melhor conhecimento dos materiais nacionais, como por exemplo, as madeiras, e dos materiais de construção no geral para um melhor aproveitamento. Nesse tema

os técnicos apontam a necessidade de se conhecer melhor as novidades do mercado que promovem modificações na forma de se construir podendo até causar mudanças nos padrões estabelecidos pela legislação, por isso havia a necessidade de se ter claro as noções de todos os materiais.

Das outras teses que temos nesse congresso, outras chamam mais atenção deste trabalho, já que tratam mais especificamente a habitação popular econômica, que foi também do objetivo deste congresso, já que seria ele feito inteiramente para se solucionar a questão da moradia popular, as habitações luxuosas não entram tanto em questão neste evento. Esses trabalhos abordaram questões sobre o barateamento da construção e a facilidade da construção de maneira independente com o auxílio de benefícios e propostas para o Código Municipal de Obras tornando-o mais flexível e diminuindo os gastos sobre o material de construção.

O trabalho “Sugestões para a solução do problema das casas operárias” do engenheiro civil Henrique Doria expôs os motivos que embasariam a importância da preocupação e formulação de soluções para a habitação, no seu discurso ele coloca que a sociedade como um todo estaria ligada, e que a deficiência de uma parte dela ressoaria em toda a sociedade, exemplo claro dado por ele são as epidemias que começariam nas habitações precárias e chegariam a todas as classes sociais:

É verdade indiscutível que a sociedade é um todo indissolúvel: as classes sociais tornam-se solidárias, no ponto de vista físico, pelas epidemias que partindo das habitações pobres dos ‘cortiços’ e porões insalubres, se estendem, também, pelas vivendas confortáveis dos ricos. Do mesmo modo, moralmente, todo o progresso diminui com a miséria, o vício e a degradação das classes superiores (DORIA, 1931, p. 52).

Logo, o problema da classe pobre também seria o problema da elite, e o vício, a degradação, a promiscuidade teria como causa as más condições da habitação que não permitiria nem a higiene, nem a saúde, nem a moral e nem o espaço necessário para se conservar a família. O engenheiro explicitou como as más acomodações da maioria dos operários colocaria todos em perigo. Mas, sobretudo, o autor culpava a falta de uma legislação que contemplasse esse problema, beneficiando e estimulando a construção de habitações mínimas:

Es falta imperdoável de uma legislação, que favorecesse a organização de sociedades de habitações econômicas, de iniciativa particular, por forma de cooperativismo e mesmo da própria iniciativa do Poder Público, tem condenado grande parte da população pobre à má higiene, à promiscuidade nociva sobre todos os pontos de vista, - dos cortiços sórdidos da zona urbana e dos casebres insalubres dos terrenos alagados da zona rural.

O Governo e a iniciativa particular têm desamparado, assim às enfermidades, à prostituição, aos crimes, elementos da classe obreira que representam os músculos de nossa economia incipiente (DORIA, 1931, p. 52).

Portanto se o operário tivesse uma habitação de acordo com o mínimo necessário para o bem viver, não protegeria apenas a saúde desse indivíduo como também cuidaria das suas atitudes, moralizaria o operário de forma que este não se tornasse criminoso, vadio, fora do padrão de bom modelo. Provavelmente essa ideia de habitação que moraliza estaria ligada ao fato da casa ser projetada e pensada de modo que pudesse educar e controlar o morador. E o autor também se dirigiu aos industriais, chamou atenção sobre como a moradia tem função de manutenção da sua mão-de-obra.

Sem intenção de questionar o direito de melhores condições de moradia às classes pobres, aqui chamo atenção sobre a expectativa que os técnicos da época tinham em relação ao efeito da boa moradia para todos, efeitos que seriam sentidos por toda a sociedade, não apenas protegendo as elites das epidemias, como também contra os ataques aos seus interesses ou contra seus bens e crimes no geral. Então o discurso seria, cuidar para morarem bem, assim teria uma classe trabalhadora educada.

O dever social de uma corporação de engenheiros como o actual congresso de habitação é, naturalmente, envidar todos os esforços para que seja resolvido a que questão que puzemos em foco.

A solução será tanto sob o ponto de vista das dimensões, custo, financiamento e legislação – o que tornará praticável a construção para todas as pessoas pertencentes às classes inferiores – como também sob o ponto de vista de higiene e conforto – o que proporcionará melhores valores humanos e, conseqüentemente, o progresso das condições gerais da colectividade (DORIA, 1931, p. 54).

Outro trabalho interessante é “Habitações econômicas” do engenheiro e arquiteto Bruno Simões Magro (MAGRO, 1931, p. 55), nessa proposta o técnico expôs o seu projeto de vilas operárias para Estrada de Ferro Sorocabana. Esse projeto propõe diversas medidas para

o barateamento da casa mínima, entre elas estão: o mínimo de acabamento, excluindo os luxos desnecessários, padronização de materiais e do processo de construção, como a construção em série, pesquisa para a utilização de materiais mais baratos e a redução da espessura das paredes, medida que para se cumprir seria necessária a revisão dos códigos de obras; além dessas propõe também a redução dos pés-direitos como tentativa de baratear a construção, medida que como a anterior vai contra ao código estabelecido naquele momento.

No início do trabalho Magro explica que apesar da economia de espaço e material, é importante que não se diminua os compartimentos necessários para uma família ser bem acomodada; o técnico que esteja preocupado em dar as diretrizes desse projeto não pode perder de vista outros aspectos que fujam a engenharia e a matemática, porque esse técnico deve entender que ele é também “formador do ambiente moral” das pessoas que usufruirão de seu projeto. Logo, devem sim existir quartos separados para o casal e seus filhos, se preciso for mais de dois quartos de acordo com o número e tipos de membros da família, quartos que separem os filhos por sexo e idade.

Neste caso o engenheiro critica a reprodução de prédios de habitações econômicas estrangeiras, porque: “Em taes typos não se nota a preocupação de isolamento das câmaras de dormir tão perfeito quanto o desejo da família brasileira, por tradição discreta em sua rígida moralidade.” (MAGRO, 1931, p. 57)

Interessante notar que Magro coloca a moral e a discrição como tradição da nação brasileira, de forma a generalizar os hábitos da nação. Sua argumentação talvez não tenha intenção de desacreditar os modelos habitacionais estrangeiros, mas de planejar um modelo que condiz com a localidade. E não deixa de inserir o interesse pela habitação moralizante, ou pelo menos àquela que dê condições à família seguir sua tradição de “discrição”.

Ainda em busca de hábitos e costumes nacionais, lembrando que o autor parece só selecionar os agradáveis e corretos, dentro dos padrões da higiene e da moral, o engenheiro tenta pensar a habitação popular de acordo com eles como: o banho diário. As casas populares brasileiras deveriam então ser equipadas com ao menos um compartimento para banhos.

A cada trabalho é apresentada uma nova argumentação a favor de se manter a moral e a civilidade dos habitantes através da moradia. Na tese do engenheiro Marcello Taylor Carneiro de Mendonça, “Casas Populares – Cidades jardins” encontram entre a proposição de seus projetos as argumentações sobre o porquê das más condições habitacionais serem tão nocivas:

É neste meio repellente que o operário constitue sua família e estabelece seu lar. Assim sendo, nada mais justo que delle fuja para procurar o esquecimento e a distração nos botequins; vae elle pouco a pouco, entregando-se ao vicio do jogo e da bebida (MENDONÇA, 1931, p. 141).

Neste discurso o técnico que considera aquelas habitações não simplesmente inapropriadas, mas também repelentes, expressa uma sensibilidade presente nas construções argumentativas pertencentes à autoridade técnica que é majoritariamente de classe superior a do morador das habitações comentadas. Ainda nessa linha do discurso o autor propõe que a manutenção da família e do trabalhador fora dos vícios e de promiscuidade pode se dar graças as horas de descanso do trabalhador numa habitação planejada que supra suas necessidades: “Satisfeitos em seu lar, tendo que cuidar do seu jardim e da sua pequena horta, o operário não precisa procurar esquecimento na bebida e no jogo (MENDONÇA, 1931, p. 142)

Mais uma vez a importância de se tentar controlar os hábitos é exposta, no caso o excerto acima trata da recreação dos operários, e o trabalhador longe de bebidas e jogos produz mais na fábrica.

Outra questão que Mendonça aborda é como a habitação pode ser mais barata se for construída nos subúrbios, em terrenos não valorizados, porém distantes de algumas necessidades dos trabalhadores e longe também de seus locais de trabalhos. Com isso o autor aponta para o problema dos transportes públicos, que deveriam garantir a facilidade de locomoção para os trabalhadores que se dispusessem a morar em regiões longe da área central da cidade.

Interessante notar que o médico Americo Pereira da Silva, que apresentou o trabalho “Sobre um typo racional de habitação” (SILVA, 1931, p. 149), parece não apresentar em seu discurso a carga moralizante presente nos outros. A preocupação do autor é apresentar seu sistema de casa crucial, em forma de cruz, que tem o objetivo de manter a melhor temperatura, aeração e assim manter a saúde de seus habitantes. Em sua tese a argumentação de seu projeto está muito mais embasada nos preceitos ligados simplesmente a higiene e a saúde.

Já Alexandre Albuquerque em seus pareceres sobre os “Códigos Municipais de Obras” (ALBUQUERQUE, 1931, p. 283), retoma o tema da habitação como instrumento para melhorar valores humanos, ou valores morais. Segundo autor a casa através da função de disciplinar deveria tornar o morador cidadão modelo e com isso gerar o progresso para as

“condições geraes da collectividade”, como Albuquerque já havia apontado na sessão inaugural.

Para o engenheiro algumas mudanças deveriam ser sugeridas para o código municipais de obras, com a intenção é de reduzir os gastos na construção, mesmo que o construtor não fosse um trabalhador e tal edificação seria feita para fins de aluguel, essa redução de custo refletiria no preço do aluguel cobrado do trabalhador, amenizando assim o gasto do trabalhador na moradia. Também defende que a redução das dimensões dos cômodos seria útil para evitar a acumulação de uma família em apenas um quarto, fato que comprometeria a moral destas pessoas.

Por ‘ economia’, em vês de dois ou três quartos com 8 a 10ms² encontram-se, nas nossas casa pobres, comente um com 12 ou 14ms², e ahi aboletada, em prateleiras, a família inteira. Evitar a vida em promiscuidade, é problema social de grande importância; com a sua solução, melhora-se a raça, e dá-se combate aos grandes flagellos da humanidade: alcoolismo e tuberculose.

“Tas ‘casas minimas’, verdadeiros cortiços, são os fornecedores dos cemitérios, dos manicômios, dos sanatórios, das penitenciarias (ALBUQUERQUE, 1931, p. 285 – 286).

Para esse engenheiro, os vícios e maus comportamentos, que seriam adquiridos em habitações insalubres e na rua, são levados para os lugares onde deve haver ordem como as oficinas e as escolas e, no caso das oficinas, os trabalhadores portadores de tais vícios não seriam o ideal de operário na linha de produção. Logo para se pensar em tais projetos o autor reconhece ser necessário ter o auxílio de outros especialistas como sociólogos e higienistas. O que é interessante notar já que na Jornada de Habitação Econômica de 1942, existe a intensa participação desses profissionais, bem como assistentes sociais, e o enfoque é ainda mais intenso sobre a habitação como fator educador, moralizante e por isso mesmo controlador.

A questão da habitação, mesmo sendo este um congresso majoritariamente técnico ainda uniu aos preceitos morais os discursos voltados e amparados pela ciência médica, engenharia e melhorias sociais, e têm como objetivo não apenas o melhoramento das condições materiais de vida dos trabalhadores, como também a pretensão de incutir valores morais que as autoridades julgavam necessárias a essas camadas da população. Uma nova ambição surgia, a da casa unifamiliar para o trabalhador, e isto está intimamente ligado com a luta contra as moradias coletivas, que para os especialistas além de problemas sanitários

também levariam a classe trabalhadora à “delinquência”. Segundo esse raciocínio a casa própria forneceria ao trabalhador melhores condições higiênicas, outro fator seria a consciência de ser agora proprietário e com isso ter um vínculo seguro a determinado bem, além de garantia a promessa de que seu trabalho um dia vai gerar frutos. Bonduki expõe claramente essa questão no seguinte trecho:

[...] se a casa própria e a difusão da propriedade garantiam a ordem política, no nível micropolítico a reprodução da moral burguesa e sua dócil aceitação pelo operário só seria possível através da moradia individual e da eliminação dos cortiços. Nesse sentido, o papel da família, com sua função de reproduzir a ordem e a moral estabelecida, era essencial (BONDUKI, 2004, p. 84).

Mas para tal objetivo havia grandes problemas a serem enfrentados pelo baixo poder aquisitivo dos trabalhadores. Para transpor alguns desses problemas foi sugerida ainda no congresso a construção da casa pelos próprios trabalhadores, e também, a modificação do código municipal de obra, porque ele conteria regras muito rígidas em relação às medidas da casa que a tornavam maior e mais cara.

Ultimo ponto importante a ser destacado que foi colocado nesse congresso é a localização das casas populares, era evidente o interesse de se expandir cidade, levando os trabalhadores a construir suas casas na periferia de São Paulo, lugares onde muitas vezes não havia a menor infra-estrutura como energia elétrica, água encanada e sistema de esgoto, esses terrenos seriam mais barato e por isso o acesso mais fácil para trabalhadores. Essa ideia afasta a população do centro e propõe um início de zoneamento da cidade em que cada classe social deveria ter seu lugar. Os preços baixos pareciam ser o único atrativo desses terrenos já que os moradores deveriam percorrer longas distâncias para chegar aos seus trabalhos ou ao centro da cidade.

A JORNADA DA HABITAÇÃO ECONÔMICA.

Dez anos depois da realização do Primeiro Congresso da Habitação, o I.D.O.R.T. (Instituto de Organização Racional do Trabalho de São Paulo) promoveu a Jornada de Habitação Econômica. E embora ela tenha tido grande participação de engenheiros, como ocorreu no Congresso, especialistas de outras áreas também abordaram o assunto trazendo questões diferenciadas para o tema.

As comunicações apresentadas nessa Jornada foram publicadas pela *Revista do Arquivo Municipal*⁷ e nela não estavam especificadas as profissões de cada um dos autores, mas através daqueles informaram suas profissões observamos a participação de engenheiros e médicos em maior número, trazendo sempre problemáticas sobre urbanização e sanitarismo. Também atuaram na Jornada assistentes sociais e advogados trazendo temas como a violência, pendências jurídicas, psicologia, educação e cidadania, para serem articulados com a questão da habitação.

O que se pode presumir de tal postura é que as autoridades, tanto administrativas como profissionais em geral, estavam interessadas em explorar a questão da habitação de outras maneiras. Outro motivo da mudança de abordagem é em relação à instituição responsável pelos dois eventos, o Primeiro Congresso da Habitação tinha como órgão responsável o Instituto de Engenharia, que é ainda frequentado por profissionais específicos, ao passo que a Jornada da Habitação Econômica ficou a cargo do I.D.O.R.T., órgão privado, mas frequentado por diversos especialistas.

Dos temas abordados por essa Jornada o principal seria: reduzir os custos da construção de diferentes formas. Outra questão abordada foi como facilitar o pagamento através de financiamentos a juros baixos.

Em um dos trabalhos apresentados: “O papel da habitação e do salário no nível de vida da família operária” (ARAÚJO, 1942, p. 61) o autor problematizou a renda do trabalhador com os custos da moradia. Outro trabalho que foca a questão financeira foi: “Métodos para baratear as habitações e os aluguéis” (LEYSER, 1942, p. 75) que trouxe outras tentativas para baratear o custo da habitação, através de soluções técnicas para as construções. Em “A habitação econômica em sentido vertical” (SICILIANO, 1942, p. 97), o autor também se preocupou em problematizar as técnicas de construções para baixar os custos.

Outras discussões referentes a técnicas com a finalidade de baratear a construção e seus gastos estão em “A iluminação econômica na habitação” (CLEMENTE, 1942, p. 255) e “Construção – métodos atuais (desperdícios) – métodos econômicos – organização da construção como indústria – mobiliário – novos materiais” (OLIVEIRA, 1942, p. 261).

Outros trabalhos apresentados como: “Jornada da habitação econômica” (D’AURIA, 1942, p. 101) e “Associação predial de Santos como pioneira da ‘casa própria’ e o muito que ela poderá fazer neste sentido” (FERNANDES, 1942, p. 219), tinham como enfoque soluções

⁷ Refiro-me a revista: *Revista do Arquivo Municipal* ano 8 volume 82, 1942.

apenas no âmbito econômico, e sugeriram uma série de fundos públicos ou privados para a construção de casas. A primeira comunicação citada neste parágrafo também se deteve na organização de financiamentos e a análise das melhores taxas de juros para trabalhadores.

Já em “Os códigos: estadual e municipal de obras, em face da casa econômica” (COSTA, 1942, p. 125) e “Tipificação. Habitação econômica. Lote econômico. Código de obras.” (FUGULIN, 1942, p. 193) os autores fizeram propostas para a reforma da legislação, de maneira que a construção dentro dos padrões pedidos fosse a mais barata possível. O segundo expõe como a tipificação das casas pode ser útil no seu barateamento, porque sua edificação pode ser dividida em fases.

Os autores Amador Cintra do Prado (PRADO, 1942, p. 119) e Synesio Cunha Barbosa (BARBOSA, 1942, p. 143) mesclaram questões legislativas referentes a loteamentos, a um plano urbanístico e a necessidade de facilitar a aquisição dos lotes populares. A idéia desses lotes está ligada ao plano de zoneamento da cidade e ao plano urbanístico.

Outras alocações que nos levam à questão jurídica são: a do Dr. Francisco Monteleone (MONTELEONE, 1942, p.205), que defendeu a gratuidade em questões referentes a inventários ou transferências da habitação para aqueles que não podiam pagar tais serviços jurídicos. E o trabalho “A segurança na aquisição da propriedade” (SIMÕES, 1942, p. 283) discutiu sobre como seria feita a proteção do comprador de uma casa para que este não fosse enganado por um contrato ou documento fraudulento.

Há alguns outros trabalhos que se preocuparam com a análise da situação do período, trazendo o resultado de relatórios sobre o problema habitacional na cidade de São Paulo, como a comunicação de Donald Pierson (PIERSON, 1942, p. 240). Outra alocação que analisou a casa através de fatores sociais e culturais de diferentes nações foi: “A habitação comparada” (MONBEIG, 1942, p. 87). Nesse trabalho Monbeig expôs e comparou os tipos de habitações em diferentes lugares, na América do Norte e do Sul, Ásia e por fim citou a diversidade que há nas fazendas do interior paulista.

Outras duas comunicações que focaram a análise das situações sobre habitação foram: “A habitação e os transportes” (BARROS, 1942, p. 83) e “Novos materiais de construção” (MELLO, 1942, p. 155). O primeiro trabalho buscou problematizar a zoneamento da cidade, que já ocorria em parte porque a periferia da cidade de São Paulo passou a crescer, e junto dessa questão propõe soluções para melhorias no transporte para os moradores dessas áreas.

Ao passo que o segundo focou as novidades em materiais de construções e as possibilidades de barateamento das construções a partir deles.

Outro trabalho apresentado na Jornada que esteve mais preocupado em analisar e descrever a situação é o de Guilherme de Almeida, o diferencial em sua análise é que ele aproximou a imagem dos casarões antigos brasileiros com os de casas de contos de terror:

A gente atravessava esse jardim macabro para entrar no saguão frio, com vidros de cor nas bandeiras das portas altas e com a escadaria, ao fundo, complicada, torta, torva, de degraus gastos e rangentes, e balaustres encardidos, pintados a óleo: a escadaria, por onde se dizia que subiam os vultos, de noite, arrastando caudas brancas ou grillhões enferrujados (ALMEIDA, 1942, p. 180)

O autor lembrou também, através dessas imagens, o hábito freqüente de se contar histórias de terror para as crianças e das canções de ninar tão assustadoras:

Aí, principalmente, ouvimos as antropófagas e amedrontadoras cantigas-de-ninar (de ninar!), em que havia sempre para nós, a ameaça de sermos comidos por um monstro qualquer, si não dormissemos depressa, bem depressa (ALMEIDA, 1942, p. 183).

Essa alocução é bastante diversa das outras apresentadas na Jornada, porque foge das discussões sobre técnica, sobre materiais de construção, das análises econômicas e das possibilidades sobre a legislação, e se prende na questão literária, a memória afetiva e a cultura popular.

Dos trabalhos apresentados na Jornada que ainda não foram mencionados sobram aqueles que focam a questão higiênica, que visam fazer com que toda a população viva em ambiente salubre de modo a conter doenças e nesses trabalhos a questão educativa é o ponto central. Na grande maioria das vezes as questões higiênicas e relacionadas à educação estão entrelaçadas, na concepção dessas autoridades uma dependeria da outra. Esse fator expõe um diferencial importante, a ideia de que inspeção sanitária das casas, realizadas algumas vezes de maneira violenta no caso das desinfecções na Primeira República não era mais única solução, começava a surgir outra opção, a de educar o cidadão, assim a mudança não era imposta, nem vinha porta adentro da casa do trabalhador junto de inspetores, mas o próprio aprenderia.

No trabalho de Bruno Rudolfer “O problema social da habitação” (RUDOLFER, 1942, p. 29), o engenheiro ofereceu um panorama da situação nas casas consideradas populares e cortiços da cidade, com esses e outros dados explanou mais uma vez como a habitação insalubre pode gerar a violência, promiscuidade e doenças para toda uma cidade. Esse foi um discurso usado por muitos outros autores nessa Jornada como veremos. Além desse ponto, para Rudolfer o problema habitacional afetava a todos direta ou indiretamente, já que as más condições em que vivem moradores de cortiços ferem os “sentimentos de humanidade” (RUDOLFER, 1942, p. 29) de todos.

Ainda para esse autor, chegar às condições desejáveis de moradia não dependia apenas da questão econômica, mas também da educação ou, como ele denomina, doutrinação de novos valores.

Pois é evidente que, então, é preciso assegurar-se, por uma doutrinação eficiente e contínua, daqueles que vivem no real, a aproximação, e mesmo o atingir dos padrões desejáveis. Essa doutrinação é, sem dúvida, um processo de educação em que novos valores e atitudes serão criados de tal forma, que o desejável dos que vêm melhor a solução, se torna também o desejável dos que vivem a pior (RUDOLFER, 1942, p. 31)

Essa doutrinação talvez caminhasse junto com a conscientização que ele citou, ou seja, para esse engenheiro a população não sabia quais seriam as condições desejáveis de habitação, era algo que deveria ser ensinado.

[...] criação da consciência da realidade, em dupla direção: é preciso que os que residam em habitações que não sejam desejáveis saibam da existência das desejáveis e, comparando-as, adquiram a motivação necessária para desejar-las (RUDOLFER, 1942, p. 32)

Interessante é confrontar esse ponto de vista com o de outro autor que expôs uma visão diferente na mesma Jornada. O pesquisador social Ugo Guimarães Malheiros em seu artigo “Trabalho e habitação” (MALHEIROS, 1942, p. 275) fez uma análise das condições de vida do trabalhador, seus custos de moradia e alimentação, a formação de uma família e a formação educacional (moral, cívica e lazer). E a partir dessas análises deixou claro que não é por falta de conhecimento de suas péssimas condições que o trabalhador não deixava a moradia salubre, e sim pela falta de condições materiais.

Aos operários atribuem-se-lhes muitas vezes a ignorância e a imprevidência. Mais avisados estariam aqueles que isso afirmam, se restringissem ou particularizassem, pois a maioria dos trabalhadores sabe perfeitamente que as condições coletivas em que residem não são adequadas higiênicas e moralmente, e, que a alimentação que consomem não é a melhor nem a mais adequada sob o ponto de vista higiênico. Porém, como habitarem em casas individuais e higiênicas se os alugueis destas ultrapassam seus salários? (MALHEIROS, 1942, p. 280).

Já no artigo “Vivendas populares e habitações econômicas, como fator de profilaxia antituberculosa” (FERREIRA, 1942, p. 227) o médico Clemente Ferreira, expôs mais a importância da habitação salubre como profilaxia contra doenças, não se deteve em demasia na questão da educação moral e o papel da moradia numa família, e sim o papel da moradia no corpo humano mantendo-o são ou tornando-o doente. A partir dessa importância o autor tenta expor algumas soluções para o problema, tanto no âmbito econômico como legislativo mostrando exemplos de soluções realizadas em outros países.

Outro artigo que foca higiene das habitações é o do Dr. Heitor S. Pinheiro (PINHEIRO, 1942, p. 289), neste trabalho ele explicou quais os requisitos básicos a se pensar para construir uma casa salubre. O primeiro deles seria a higiene do solo, para ser construída uma casa ideal o solo deve ser limpo e seco, terrenos com filetes de água subterrâneos ou contaminados com lixo e fossa devem ser evitados. Outros dois fatores importantes seriam a insolação e a ventilação. No primeiro caso os raios solares ajudariam a matar micróbios e no segundo a ventilação propiciaria a troca constante de ar, sem que ele se torne “viciado”. O médico, mesmo levando em conta a importância do barateamento da construção não abre mão dos 3 metros de pé direito. Essa determinação parece demonstrar como existia certo distanciamento de opiniões entre engenheiros e médicos

Em outra alocução de Costa e Gonçalves (COSTA, GONÇALVES, 1942, p. 125) os dois arquitetos propõem para o Código de Obras que o pé direito de uma residência poderia ser de apenas 2,60 metros. Essa mudança se justificaria porque segundo os autores, a cubagem de ar não seria tão eficaz quanto a ventilação, e tendo o cômodo algum dispositivo para ventilação constante era o que bastava. A divergência de opiniões entre os especialistas já havia sido observada por Victor da Silva Freire, o engenheiro, professor da Escola de Engenharia de São Paulo e Diretor de Obras Públicas da Prefeitura. Para esse especialista os preceitos sanitários eram levados em conta sem se pensar nos problemas práticos, nesse caso a opção pelo pé direito menor diminuiria os custos da construção. Para esse engenheiro as

teorias médicas deveriam ser passadas para os regulamentos e legislação sem que levassem os construtores a sofrerem sacrifícios (BRESCIANI, 1999, p. 15).

Ainda sobre a Jornada de Habitação Econômica outros trabalhos apresentados estão diretamente relacionados com a possibilidade de se educar o trabalhador através da habitação, e ainda a maior parte dessa preocupação se relaciona com higiene e saúde.

O engenheiro Léo R. Moraes, em seu artigo “Cidades Jardins” (MORAIS, 1942, p. 111), propôs um modelo de residência inspirado nos modelos de Ebenezer Howard. As casas populares ficariam longe dos grandes centros e localizadas em comunidades com vida econômica, social e cívica própria. Essas comunidades não deveriam crescer em demasia, e as casas teriam de ser próximas a zona rural, oferecendo oportunidades de passeio para os habitantes. Nesse trabalho a preocupação maior foi pensar o operário como um homem livre dos problemas das grandes cidades como violência, habitações insalubres, e também, segundo o autor, livre do patrão, já que as casas não seriam deste sujeito. Apesar disso os residentes nas cidades jardins ainda estariam o mais próximo possível do espaço de trabalho, como uma vantagem apresentada pela facilidade de se locomover para o trabalho. Aqui as soluções apresentadas abarcaram decisões que possuem caráter diferenciado do puramente técnico, por exemplo foi levado em conta o lazer dos operários.

Na alocução “O ideal em habitação coletiva” de Jacy Coutinho Vianna (VIANNA, 1942, p. 133) citou de início, quais as precariedades sofridas pelos habitantes de cortiços, dentre as que já foram citadas há alguns pontos que chamam a atenção nesse trabalho: o abuso dos aluguéis altos pelas instalações decadentes e sem manutenção, o que seria um abuso cometido pelo senhorio. Outro excesso dessa parte é a utilização de castigo físico que segundo Vianna uma zeladora havia aplicado em inquilinos (VIANNA, 1942, p. 136).

Além disso, o inquilino muitas vezes não tratava com o proprietário, mas com seus intermediários, essas intermediações aumentavam os aluguéis. Levando em consideração esses problemas a solução estaria, em primeiro lugar, na construção de habitações que estivessem dentro dos padrões de salubridade e fossem do tamanho proporcional ao número de pessoas da família, para ser uma casa saudável e proporcionar relações apropriadas entre seus habitantes. Outra parte da solução estaria dividida em duas frentes, a legislativa e a educativa. Na primeira o importante seria incentivar a construção de casas populares, limitar os aumentos dos aluguéis e facilitar a aquisição de casas próprias para as classes pobres. No âmbito pedagógico a família deveria ser educada para receber tal aquisição, para saber como

zelar pelo local, algo que poderia ser posto em prática através de regimentos internos dos prédios (VIANNA, 1942, p. 140).

Na questão educativa percebemos então, a precaução de possíveis desleixos da população com sua própria residência. Essa postura de precaução parece deixar claro que a degradação dos cortiços era vista como consequência de hábitos da população, e não como algo advindo das próprias condições das moradias, já bastante desgastadas, e a falta de recursos financeiros e materiais para serem feitas as melhorias necessárias.

Maria Antonieta de Castro (CASTRO, 1942, p. 185), educadora chefe do serviço de saúde escolar, também deu atenção a educação em sua comunicação, segundo ela, a escola deveria oferecer aulas sobre hábitos saudáveis, alimentação, epidemiologia, puericultura entre outros procedimentos. Além desse trabalho as mães também poderiam ser chamadas nas escolas caso as educadoras percebessem que elas não estavam atendendo as necessidades higiênicas das crianças. Todo esse procedimento ocorria por causa dos grandes problemas habitacionais já apontados, que ela retoma no começo de seu texto citando inclusive o problema da promiscuidade em cortiços lotados.

Retomando a linha de pensamento que liga a habitação com o modo de vida dos moradores, Aldo H. F. Sinisgalli, em seu trabalho deixou claro que as funções da habitação não apenas seriam em prol da saúde, como também era o apoio necessário para que o morador tivesse comportamentos e hábitos desejáveis. Segundo o autor deste trabalho, a habitação teria muita influência sobre o indivíduo, para ele, a proximidade dos moradores com pessoas de comportamentos “condenáveis” influenciaria os demais a serem do mesmo modo. Como argumentação tenta recorrer à termodinâmica, explicando a troca calor entre os corpos e faz uma analogia disso em relação aos comportamentos:

Assim é que, cada ser humano é influenciado por aqueles que o cercam, como também influencia os circundantes; absorve as concepções de vida, os modos de agir e proceder, os vícios e as qualidades daqueles que o rodeiam, e vice-versa (SINISGALLI, 1942, p. 164).

A maior preocupação do autor neste trabalho foi mostrar como a habitação popular própria pode ser um fator na diminuição da criminalidade, para isso mostrou uma pesquisa sobre a origem de 80 presos para revelar, através da alta quantidade de condenados sem residência fixa ou estruturada, como a habitação influenciaria uma pessoa a ser criminoso: “Pois bem, verificamos que desse número total uma grande maioria nunca teve um lar, uma

habitação própria onde tivesse passado um largo período da sua existência, vivendo uma vida familiar” (SINISGALLI, 1942, p. 167).

A habitação não viria separada da família pelo excerto acima, o papel da casa seria o suporte material importante para manter uma família nos moldes propostos.

Outro especialista que toca especificamente no tema da família e moradia durante a Jornada é Hélio Q. Arruda em sua comunicação “A habitação e a harmonia conjugal” (ARRUDA, 1942, p. 197), esse trabalho discutiu sobre como a moradia individual influenciaria no bom relacionamento familiar e os motivos para tal é evitar a intromissão de terceiros nos assuntos do núcleo familiar, o que ele mesmo denomina conselhos e intrigas.

Outros trabalhos que tentam explicar como a habitação pode condicionar o comportamento seguem na Jornada como o de Geraldo Gomes Corrêa, “A habitação e a delinqüência infantil”. Nesse artigo o interessante é apontar como o autor enxergava a habitação como papel educativo na vida das crianças. Além do que já foi exposto em outras discussões, como ter uma moradia apta a oferecer espaço para estudo, higiênica, diversão e toda uma gama de confortos básicos que tornariam a casa mais atraente que as ruas, a habitação também serviria de inspiração para a filha se iniciar nos trabalhos domésticos: “Como fazer a filha amante dos labores domésticos, na sua simplicidade e na sua importância, se a ‘casa’ em que mora somente tem um cômodo sem luz, nem ar?” (CORRÊA, 1942, p. 215).

Esse trabalho expõe com clareza a imagem da família que foi o tempo todo discutida, é uma família onde os papéis do homem e da mulher são claros e distintos. A mulher é a geradora e educadora dos filhos enquanto o homem deve prover materialmente a casa, não há noção de mães solteiras, ou alguma outra situação que escape ou destoe do que foi colocado.

O assistente social Francisco de Paula Ferreira em seu trabalho “A habitação e a moral” também levantou questões muito semelhantes. Mas nessa alocução o especialista se preocupa em mostrar como a habitação coletiva de péssimas condições não seriam ambientes propícios para a família viver de maneira harmônica e edificante para formar um lar. As observações e justificativas quanto a isso eram muitas, a moradia coletiva permitia, por exemplo, a maior exposição da mulher, já que ela teria de fazer parte de seus afazeres domésticos nos pátios do cortiço, a vista de todos os que por lá circulavam, ao contrário do ideal burguês de vida da mulher, que passa a maior parte do tempo retirada, no ambiente privado.

[...] Convém que a vida da mulher derive numa atmosfera de discrição e de respeito que só se obtém na habitação individual. No cortiço e em outras moradias semelhantes, desde o amanhecer até o cessar tardio do movimento de inquilinos, está a mulher à vista de todos, sujeita à promiscuidade, desde o tanque comum até as demais instalações. Essa frequência diária com indivíduos de outro sexo, estranhos à família, vai aos poucos despudorando a mulher pela impossibilidade de deixar esta de ser vista a todo instante e com qualquer traje (FERREIRA, 1942, p. 173).

Colocando a mulher como ser de frágil capacidade de julgamento e de fácil persuasão para a promiscuidade, já bastando estar à vista e ao alcance de pessoas do outro sexo para tais perigos ocorrerem, a casa individual seria fator primordial para se manter uma família dentro dos moldes morais da época, e onde os membros da família não estariam expostos a desvios como adultério, vícios, como o alcoolismo, e criminalidade. Não apenas as mulheres, mas também as crianças são os principais alvos dessas autoridades, segundo elas a moradia coletiva proporcionaria espaços pequenos sem ventilação e sem luz para os momentos de lazer das crianças o que as levavam a procurem diversão na rua, e ficando assim expostas ao vício. “A ‘rua’, buscada como curativo da ausência da luz e do ar, custa-lhes muito cara, inicia-os no vício, deformando-lhes o caráter” (CORRÊA, 1942, p. 215).

Os menores ficam sujeitos a duas promiscuidades: a interna e a externa. A primeira devido deficiências de acomodações e a segunda devido ausência de separação entre as ‘casas’ e vizinhanças de focos de imoralidade, condicionadas pelo salário e educação insuficientes, que, por sua vez, se condicionam (CORRÊA, 1942, p. 217)

As questões, então, se repetem na Jornada e no Congresso: a constituição de uma família harmônica de acordo com os moldes da época só era possível através da habitação individual, se esperava dos trabalhadores determinados hábitos e comportamentos, então se passam a estabelecer moldes comportamentais que seriam necessários para preservar a família e o homem trabalhador dedicado a ela, tendo como modelo principal a família burguesa patriarcal. A habitação individual poderia manter a família isolada da convivência de outros grupos ou protegida de ambientes públicos, como o pátio de um cortiço, essa seria uma forma de distanciar os trabalhadores da criminalidade ou controlar possíveis convulsões sociais. Sempre em busca de uma chamada melhoria social através do controle de hábitos e comportamentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a grande maioria desses profissionais a residência era pensada para manter as relações familiares dentro dos padrões morais aceitáveis. Logo, além do conforto e do bem estar para os trabalhadores, ela servia de estímulo para os indivíduos participarem mais da família e possuírem hábitos saudáveis e higiênicos, quase como instrumento educativo.

Essas linhas argumentativas formam as concepções sobre a habitação e suas funcionalidades para a família, a salubridade de ambiente e a saúde de uma pessoa. A intenção deste trabalho foi tentar explicitá-las a partir dos documentos selecionados. Mas para compreender melhor como essas ideias se colocam seria interessante oferecer um contraponto. Um interessante texto de Michelle Perrot chamado “Os operários, a moradia e a cidade do século XIX” a autora coloca a diferença em relação ao desejo da moradia pelo operário no século XIX, ou melhor, a falta desse desejo. O operário não teria como anseio a moradia, o que mais eles reivindicavam seria o direito à cidade, o “espaço para viver”. Nesse texto Perrot resume o processo pelo qual se dá a mudança desse anseio que se volta para a moradia ao invés da cidade e argumenta que esses desejos ou “necessidades sociais” são a expressão de um sistema de relações sociais que não podem ser tomados separadamente.

Para a autora apesar das dificuldades enfrentadas com as más condições de moradia, Paris e outras grandes cidades eram atrativas para a maioria da classe operária (PERROT, 2006, p. 115). Esse anseio pela cidade diferencia-se da visão de classes dominantes cuja visão urbana era associada a vícios e a espaços degradantes, imagem essa corroborada pelas teorias médicas de ar bom, que seria o ar livre ou puro do campo e o ar “mefítico” e viciado dos ambientes repletos de pessoas que propagavam doenças. Para Perrot a atração ocorre porque a cidade é vista por essas pessoas com grande potencial tanto econômico como de prazeres. Dando exemplo da dança que extravasa em muitos cantos da cidade a música que é tocada nos bailes, mas também nas tavernas, e são nesses momentos em que a população interage com Paris modificando-a, intervindo no seu espaço são essas as potencialidades exploradas pelos operários.

Evidente que o presente artigo traz a questão da moradia em São Paulo na primeira metade do século XX, e não em Paris no século XIX, mas o que há de visível nos documentos apresentados é a completa ausência da voz do trabalhador, personagem esse que foi muitas vezes evocado nos trabalhos desses profissionais. A concepção de habitação evocada nesses projetos é a da família burguesa, do homem privado que se encontra fechado em si mesmo e

em sua família dentro da sua moradia. Uma outra noção de família que não se encerra no interior e que é formada por uma rede de pessoas pode ser considerado um traço popular.

REFERÊNCIAS

BRESCIANI, Maria Stela Martins. Metrôpoles: as Faces do Monstro Urbano (as cidades do século, XIX). Revista Brasileira de História, São Paulo: ANPUH, Ed. Marco Zero, v. 5, nº 8/9, 1984/85, p. 41.

_____. “Imagens de São Paulo: estética e cidadania” in: Encontros com a história: percursos históricos e historiográficos de São Paulo. 1ª edição. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

_____. Langage savant et politique urbaine à São Paulo, 1890-1950., 06/1999, Document de Travail, Vol. 37, pp.37-54, MOST/UNESCO - Paris, FRANCA, 1999.

BONDUKI, Nabil Georgis. As Origens da Habitação Social no Brasil: Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria. 4ª edição. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

BOSI, Ecléa. Memória e sociedade: Lembranças de Velhos. 4ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CARPINTÉRO, Marisa Varanda T. A Construção de um Sonho: Os engenheiros-arquitetos e a formulação da política habitacional no Brasil. 1ª edição. Campinas: Ed. Unicamp, 1997.

CERASOLI, Josianne F. Modernização no plural: Obras Públicas, Tensões Sociais e Cidadania em São Paulo na Passagem do Século XIX para o XX. Campinas, tese de doutorado/ IFCH-UNICAMP (dep. de história), 2004.

CORBIN, Alain. Saberes e Odores: O olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX. Tradução: Lígia Watanabe. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

DIAS, Marcia Lucia Rebello Pinho. *Desenvolvimento urbano e habitação popular em São Paulo, 1870-1914*. 1ª edição. São Paulo: Nobel, 1989.

DONZELOT, Jacques. A polícia das famílias. Tradução: M. T. da Costa Albuquerque. 2ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*: nascimento da prisão. Tradução Raquel Ramallete. 16ª edição. Petrópolis: Vozes, 1997.

PERROT, Michelle. Os Excluídos da História Operários, Mulheres e Prisioneiros. Tradução Denise Boltmam. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PINHO, Rachel Tegon de. Cidade e Loucura. 1ª edição. Cuiabá: Central de Texto: EdUFMTU, 2007.

Primeiro Congresso de Habitação São Paulo: Publicação oficial, 1931.

Revista do Arquivo Municipal ano 8 volume 82, 1942.

SILVA, C. R. de. Relatório da Comissão de Exame e Inspeção das habitações operárias e cortiços no districto de Santa Ephigênia. São Paulo, 1893.